



O LETRAMENTO A PARTIR DE UMA PERSPECTIVA TEÓRICA: ORIGEM DO TERMO, CONCEITUAÇÃO E RELAÇÕES COM A ESCOLARIZAÇÃO

Katlen Böhm Grando¹ – PUCRS

Projeto Observatório da Educação/CAPES²

Resumo: O tema letramento, ainda recente no contexto brasileiro, nem sempre vem sendo compreendido com clareza pelos professores dos anos iniciais do Ensino Fundamental, responsáveis por auxiliar as crianças ao longo do caminho da aprendizagem da leitura e da escrita. Sabemos, porém, que para que se possa pensar em uma proposta de letramento é necessário, primeiramente, compreender sua conceituação. Em função disso, consideramos urgente esclarecer e aprofundar a temática. Este artigo tem como objetivo realizar uma revisão bibliográfica a partir das teorias de autores latino-americanos, dentre eles Ferreiro, Tfouni, Kleiman e Soares. Utilizamos-nos de estudos relacionados à temática para pensar sobre diferentes aspectos ligados ao tema letramento, dentre eles a origem do termo e as relações entre letramento e escolarização. Por fim, nos aventuramos a esboçar um conceito único de letramento a partir do pensamento dos diferentes autores que apresentamos no decorrer do texto.

Palavras-chave: Letramento. Escolarização. Práticas sociais de leitura e escrita.

Introdução

A recente incorporação do termo letramento no campo da educação brasileira associada com a ampliação do Ensino Fundamental para nove anos gerou uma série de dúvidas entre os professores dos anos iniciais do Ensino Fundamental, especialmente os que se dedicam ao trabalho com turmas de primeiro ano. Muitas dessas dúvidas se referem ao conceito e à proposta de letramento. Alguns professores pensam que o letramento é um método didático que veio substituir a alfabetização, outros consideram que alfabetização e letramento são processos iguais, outros ainda possuem dúvidas sobre como promover uma proposta voltada para o letramento. Essas dúvidas nos parecem decorrentes da falta de esclarecimento teórico sobre a temática.

¹ Mestre em Educação pela PUCRS.

² Este artigo é decorrente de uma pesquisa bibliográfica que compõe a dissertação de mestrado da autora, a qual recebeu financiamento da Capes.

Torna-se fundamental implementar uma proposta voltada para os usos sociais da escrita e da leitura, considerando a necessidade de ampliar a prática docente nos anos iniciais do Ensino Fundamental para além do ensino e da aprendizagem da tecnologia do ler e do escrever. Para isso, porém, é necessário compreender as bases teóricas do conceito de letramento. Assim, realizaremos uma retomada de aportes teóricos de autores latino-americanos com o intuito de sistematizar suas principais contribuições em relação à temática. Não temos como objetivo apresentar uma proposta prática de letramento, mas sim, realizar reflexões de cunho teórico sobre a origem do termo, conceituação e as possíveis relações entre letramento e escolarização.

ORIGEM DO TERMO LETRAMENTO

O termo letramento pode ser considerado bastante atual no campo da educação brasileira. Conforme Soares (2009, p. 33), esse termo parece ter sido usado pela primeira vez no país no ano de 1986 por Mary Kato, no livro “No mundo da escrita: uma perspectiva psicolinguística”. Como parte de título de livro, o termo apareceu no ano de 1995 nos livros “Os significados do letramento”, organizado por Angela Kleiman e “Alfabetização e Letramento”, de Leda V. Tfouni, autoras das quais nos utilizamos para embasar este trabalho.

Mas quais seriam os motivos pelo qual foi incorporado mais esse termo no campo educativo? O surgimento de uma nova palavra sempre está ligado à falta de uma palavra que possa explicar o sentido de algum fenômeno. E foi nesse contexto que surgiu o termo letramento. Durante a década de 80 emergiram discussões sobre as altas taxas de repetência e analfabetismo no Brasil. Ao proporem uma nova perspectiva sobre o processo que a criança percorre para aprender a ler e a escrever, Ferreiro e Teberosky (1979) contribuíram muito para a reflexão sobre a problemática da alfabetização. Diante de toda a reflexão que ocorreu na época sobre o analfabetismo, foi necessário encontrar uma palavra que se referisse à condição ou ao estado contrário daquele expresso pela palavra analfabetismo, ou seja, uma palavra que representasse o estado ou condição de quem está alfabetizado, de quem domina o uso da leitura e da escrita.

Se até aquele momento só se falava em analfabetismo, pois era essa a condição em que grande parte da população brasileira se encontrava, no momento em que essa realidade começou a se modificar, foi preciso incorporar uma nova palavra para nomear a nova

condição que o povo passou a ocupar. Essa nova condição, para além do saber ler e escrever, compreendia a incorporação desses saberes no viver de cada indivíduo, ou seja, compreendia uma demanda social.

Curiosamente, a palavra *analfabetismo* possui o prefixo de negação *a*, assim, seria lógico pensar que a palavra mais correta para preencher essa demanda seria *alfabetismo*. O termo *alfabetismo* chegou a ser utilizado na literatura especializada, como podemos verificar neste trecho escrito por Soares no ano de 1995 e que permanece na edição mais atual do livro “Alfabetização e Letramento”:

O surgimento do termo *literacy* (cujo significado é o mesmo de *alfabetismo*), nessa época, representou, certamente, uma mudança histórica nas práticas sociais: novas demandas sociais pelo uso da leitura e da escrita exigiram uma nova palavra para designá-las. Ou seja: uma nova realidade social trouxe a necessidade de uma nova palavra (SOARES, 2011, p. 29, grifos da autora).

Podemos encontrar nesse mesmo livro, uma explicação da autora, que nos esclarece que a palavra *alfabetismo* não criou raízes na literatura da área e foi, progressivamente, sendo substituída pelo termo *letramento*. Conforme a nota da autora: “Após a publicação deste texto, em 1995, foi-se progressivamente revelando, na bibliografia, preferência pela palavra *letramento* [...] em relação à palavra *alfabetismo* (SOARES, 2011, p. 29, grifos da autora)”. Assim, o termo *letramento* vem gradativamente substituindo o termo *alfabetismo*, no entanto, ainda podemos encontrar o termo *alfabetismo* na literatura especializada.

No decorrer do livro “Letramento e Alfabetização”, Tfouni explicita que “A necessidade de se começar a falar em *letramento* surgiu, creio eu, da tomada de consciência que se deu, principalmente entre os linguistas, de que havia alguma coisa além da alfabetização, que era mais ampla, e até determinante desta (2010, p. 32)”. Refletindo sobre o surgimento do termo *letramento*, a autora Kleiman (2008) argumenta que o conceito de *letramento* “[...] começou a ser usado nos meios acadêmicos como tentativa de separar os estudos sobre o ‘impacto social da escrita’ dos estudos sobre a alfabetização, cujas conotações destacam as competências *individuais* no uso e na prática da escrita (2008, p. 15, grifo da autora)”.

Em relação à etimologia do termo, podemos fazer referência à Soares (2009), que expressa o senso comum do meio, quando afirma que a palavra *letramento* é uma tradução do

termo inglês *literacy*, que, por sua vez, tem origem do latim *littera*, que se refere à *letra*. A palavra *literacy* poderia ser decomposta da seguinte forma: *littera* (letra) + *cy* (condição ou estado de). Soares interpreta esta definição da seguinte forma: “[...] *literacy* é ‘a condição de ser letrado’ – dando à palavra ‘letrado’ sentido diferente daquele que vem tendo em português (2009, p. 35, grifo da autora)”. Qual seria, então, o sentido da palavra *letrado* a que Soares se refere na citação anterior? O sentido comumente dado à palavra *letrado* no Brasil está ligado à ideia de pessoa erudita, pessoa versada em letras, e o seu antônimo, *iletrado*, seria a pessoa que não é erudita, não possui conhecimentos literários. Porém, ao nos referirmos ao termo *letramento*, não estamos invocando os significados anteriormente apresentados dos termos *letrado* e *iletrado*. Estamos, sim, nos referindo ao mesmo termo, porém, ao significado atribuído a ele na língua inglesa: *literate*, que se refere à pessoa educada e que especificamente tem habilidade de ler e escrever.

LETRAMENTO: CONCEITOS E DEFINIÇÕES

A busca por uma definição única para o termo *letramento* parece ser algo difícil, uma vez que se trata de um conceito amplo e complexo. Conforme Soares (2009, p. 65), as “[...] dificuldades e impossibilidades devem-se ao fato de que o *letramento* cobre uma vasta gama de conhecimentos, habilidades, capacidades, valores, usos e funções sociais; o conceito de *letramento* envolve, portanto, sutilezas e complexidades difíceis de serem contempladas em uma única definição”. Já Mortatti afirma que “[...] até por ser uma palavra recente, nem sempre são idênticos os significados que lhe vêm sendo atribuídos [...], assim como os objetivos com que é utilizada (a palavra *letramento*) (2004, p. 11, grifo nosso)”. Traremos, a seguir, definições que alguns autores utilizam para esse conceito.

Refletindo sobre os significados de *letramento*, Tfouni (2010) sugere que não pode haver a redução do seu significado ao significado de alfabetização e ao ensino formal. Para ela *letramento* é um processo mais amplo que a alfabetização e que deve ser compreendido como um processo sócio-histórico. Tfouni (2010, p. 23) relaciona, assim, *letramento* com o desenvolvimento das sociedades. Nesse sentido, a autora explica que:

Em termos sociais mais amplos, o *letramento* é apontado como sendo produto do desenvolvimento do comércio, da diversificação dos meios de produção e da complexidade crescente da agricultura. Ao mesmo tempo, dentro de uma visão dialética, torna-se uma causa de transformações históricas profundas, como o

aparecimento da máquina a vapor, da imprensa, do telescópio, e da sociedade industrial como um todo.

Letramento seria, portanto, causa e consequência do desenvolvimento. Assim, o significado atribuído pela autora ao termo letramento extrapola a escola e o processo de alfabetização, referindo-se a processos sociais mais amplos. “O letramento [...] focaliza os aspectos sócio-históricos da aquisição da escrita. [...] tem por objetivo investigar não somente quem é alfabetizado, mas também quem não é alfabetizado, e, nesse sentido, desliga-se de verificar o individual e centraliza-se no social mais amplo (TFOUNI, 1988, apud MORTATTI, 2004, p. 89)”.

O letramento também é compreendido como um fenômeno mais amplo e que ultrapassa os domínios da escola por Kleiman (2008, p. 18). Segundo ela, “[...] podemos definir hoje o letramento como um conjunto de práticas sociais que usam a escrita, como sistema simbólico e como tecnologia, em contextos específicos, para objetivos específicos”. O conceito da autora enfatiza os aspectos social e utilitário do letramento.

As práticas específicas da escola, que forneciam o parâmetro de prática social segundo a qual o letramento era definido, e segundo a qual os sujeitos eram classificados ao longo da dicotomia alfabetizado ou não-alfabetizado, passam a ser, em função dessa definição, apenas um tipo de prática – de fato, dominante – que desenvolve alguns tipos de habilidades mas não outros, e que determina uma forma de utilizar o conhecimento sobre a escrita (KLEIMAN, 2008, p. 19).

Na citação anterior, a autora se refere ao fato de que a escola, diante da perspectiva do letramento, enfatiza apenas algumas práticas ligadas à escrita e ao uso da escrita. Assim sendo, fora do ambiente escolar outros usos e práticas ligados à escrita são vivenciados. Nesse sentido, Kleiman (2008, p. 20) afirma que o “[...] fenômeno do letramento, então, extrapola o mundo da escrita tal qual ele é concebido pelas instituições que se encarregam de introduzir formalmente os sujeitos no mundo da escrita”. Desta forma, e de acordo com o que já foi explicitado anteriormente por esta autora, letramento seria um conjunto de práticas com objetivos específicos e em contextos específicos, que envolvem a escrita. A escola, por sua vez, seria apenas uma agência de letramento, dentre várias outras, e realizaria apenas algumas práticas de letramento.

Para Mortatti (2004, p. 98), o conceito de letramento se liga às funções da língua escrita em sociedades letradas. Segundo esta autora,

Letramento está diretamente relacionado com a língua escrita e seu lugar, suas funções e seus usos nas sociedades letradas, ou, mais especificamente, grafocêntricas, isto é, sociedades organizadas em torno de um sistema de escrita e em que esta, sobretudo por meio do texto escrito e impresso, assume importância central na vida das pessoas e em suas relações com os outros e com o mundo em que vivem.

Assim, para a autora, em sociedades grafocêntricas, a escrita possui uma importância de proporção muito grande, uma vez que tudo se organiza em torno dela. Diante desse fato, o letramento estaria relacionado aos usos da escrita nessa sociedade grafocêntrica. O letramento também influenciaria a relação, não somente dos sujeitos com a sociedade, mas também, com outros sujeitos.

Soares (2009), mesmo apontando a dificuldade de abranger toda a complexidade do significado de letramento em um único conceito, também expressa uma definição para o termo. Segundo ela, letramento pode ser definido como “Resultado da ação de ensinar e aprender as práticas sociais de leitura e escrita; O estado ou condição que adquire um grupo social ou um indivíduo como consequência de ter-se apropriado da escrita e de suas práticas sociais (SOARES, 2009, p. 39)”. Assim letramento está ligado aos usos, às práticas de leitura e de escrita. Além disso, torna-se letrado o indivíduo ou grupo que desenvolve as habilidades não somente de ler e de escrever, mas sim, de utilizar leitura e escrita na sociedade, ou seja, para Soares, somente alfabetizar não garante a formação de sujeitos letrados. Para a promoção do letramento, é necessário que esses sujeitos tenham oportunidades de vivenciar situações que envolvam a escrita e a leitura e que possam se inserir em um mundo letrado. Conforme Soares (2009, p. 58), em realidades de países como o nosso, o contato com livros, revistas e jornais não é, ainda, algo natural e acessível, portanto, a realidade de alguns contextos de nosso país não contribui para a formação de sujeitos letrados.

Em se tratando do uso do termo letramento, é importante ressaltar que, atualmente, existem duas posições teóricas. Nossa intenção não é realizar qualquer tipo de juízo de valor sobre as diferentes posições, mas sim, apresentá-las. Por um lado, os autores que exploramos até o momento, Soares, Mortatti, Kleiman e Tfouni, assumem um posicionamento no qual diferenciam os processos de alfabetização e letramento e os consideram separadamente. Por outro lado, existe um posicionamento, liderado por Ferreiro, que questiona o uso do termo letramento, uma vez que pressupõe que em alfabetização estaria compreendido o conceito de letramento ou o contrário: em letramento estaria compreendido o conceito de alfabetização.

Gostaríamos de apresentar a posição de Ferreiro, uma vez que, até então estamos explorando somente a posição que defende o uso do termo letramento. Poderíamos pensar que a ideia de letramento, entendido como um processo mais amplo que a alfabetização, surgiu no Brasil por volta da década de 80, a partir dos estudos de Ferreiro e Teberosky³. Sem utilizar o termo letramento, as autoras já defendiam a alfabetização como um processo indissociável do contexto do aluno e criticavam práticas mecânicas, repetitivas e sem sentido. As autoras também questionavam a utilização de textos artificiais no processo de alfabetização, defendendo o uso de textos reais, que fizessem parte do contexto das crianças e pudessem, desta forma, propiciar aprendizagens significativas.

Ao expressarem no que a psicolinguística contemporânea se diferencia do modelo tradicional associacionista da aquisição da linguagem, Ferreiro e Teberosky (1999, p. 24) afirmam que “[...] no lugar de uma criança que recebe pouco a pouco uma linguagem inteiramente fabricada por outros, aparece uma criança que reconstrói por si mesma a linguagem, tomando seletivamente a informação que lhe provê o meio”. Ao se referirem à “informação que lhe provê o meio”, as autoras expressam que as informações que a criança possui antes de ingressar na escola e que lhe são providas pelo meio, são, em grande parte, informações ligadas à escrita. Escrita que está contextualizada, está sendo utilizada na sociedade para um fim específico. Diante das situações de interação da criança com a escrita, a criança não age passivamente, mas sim, reflete sobre as situações e sobre a própria escrita, construindo e reconstruindo hipóteses e conhecimentos. Assim, a criança que está inserida no meio letrado é uma criança que possui conhecimentos sobre a língua e sobre as funções da língua na sociedade. As autoras continuam:

[...] é bem difícil imaginar que uma criança de 4 ou 5 anos, que cresce num ambiente urbano no qual vai reencontrar, necessariamente, textos escritos em qualquer lugar (em seus brinquedos, nos cartazes publicitários ou nas placas informativas, na sua roupa, na TV, etc.) não faça nenhuma ideia a respeito da natureza desse objeto cultural até ter 6 anos e uma professora à sua frente (FERREIRO, TEBEROSKY, 1999, p. 29).

Desta forma, Ferreiro e Teberosky (1999) problematizam a visão de que a criança é uma tábula rasa, no que diz respeito à escrita e à leitura, ao iniciar o processo de

³ O livro “Psicogênese da Língua Escrita”, de Emília Ferreiro e Ana Teberosky foi lançado em 1979, originalmente na língua espanhola, sob o título de “Los sistemas de escritura em el desarrollo del niño” e ainda hoje pode ser considerado uma referência no que diz respeito aos estudos ligados à aquisição da leitura e da escrita.

escolarização. Pelo contrário, as autoras afirmam que a criança possui experiências com a língua e com os usos dessa língua no dia-a-dia, ou seja, que, aos poucos, através de suas experiências, percebe as funções da escrita e da leitura. Esse movimento faz com que construa conhecimentos que devem ser considerados ao iniciar o processo de alfabetização propriamente dito.

A ideia de que a criança reconhece os usos da leitura e escrita em seus contextos reais antes mesmo de estar alfabetizada e que, por isso, deve ser alfabetizada com textos reais, pode ser identificada como uma ideia ligada ao letramento. No entanto, Ferreiro (2002) problematiza o uso dos dois conceitos: alfabetização e letramento. Em entrevista concedida a uma revista educacional brasileira, Ferreiro respondeu o que significa estar alfabetizado hoje. Poderemos perceber, através do seu conceito de alfabetização, que a ideia de letramento está implícita. Segundo Ferreiro (2006)⁴, estar alfabetizado nos dias de hoje é

[...] poder transitar com eficiência e sem temor numa intrincada trama de práticas sociais ligadas à escrita. Ou seja, trata-se de produzir textos nos suportes que a cultura define como adequados para as diferentes práticas, interpretar textos de variados graus de dificuldade em virtude de propósitos igualmente variados, buscar e obter diversos tipos de dados em papel ou tela e também, não se pode esquecer, apreciar a beleza e a inteligência de um certo modo de composição, de um certo ordenamento peculiar das palavras que encerra a beleza da obra literária.

Poderíamos afirmar que seu conceito de sujeito alfabetizado é um conceito bastante amplo e que abrange o que vem sendo identificado como letramento nos meios acadêmicos: usos sociais da leitura e da escrita. Assim, Ferreiro “rejeita a coexistência dos dois termos com o argumento de que em alfabetização estaria compreendido o conceito de letramento, ou vice-versa, em letramento estaria compreendido o conceito de alfabetização (SOARES, 2004, p. 15)”.

A problemática levantada por Ferreiro, porém, vai além do simples reconhecimento ou não, do termo letramento. Para a autora, a questão do letramento está ligada a um aspecto social mais amplo. Diante dos números brasileiros que totalizam 14 milhões de analfabetos, Ferreiro (2002) discute a pertinência de uma excessiva preocupação com o letramento. Assim, o questionamento da autora é: como podemos falar em letramento e cultura letrada, se não damos conta da alfabetização? É importante salientar que Ferreiro não nega a preocupação

⁴ Por se tratar de um artigo de meio eletrônico, não dispomos de paginação.

com o letramento, mas sim, aponta para a necessidade dos países pobres se preocuparem, prioritariamente, com o analfabetismo.

Os países pobres não superaram o analfabetismo, os ricos descobriram o *iletrismo*. [...] Iletismo é o novo nome dado a uma realidade muito simples: a escolaridade básica universal não assegura a prática cotidiana da leitura, nem o gosto de ler, muito menos o prazer da leitura. Ou seja, há países que têm analfabetos (porque não asseguram um mínimo de escolaridade básica a todos seus habitantes) e países que tem iletrados (porque, apesar de terem assegurado esse mínimo de escolaridade básica, não produziram leitores em sentido pleno) (FERREIRO, 2002, p. 16, grifos da autora).

Desta forma, a autora afirma que a maior necessidade, no contexto de escolas latino-americanas, seria de dar oportunidades de uma escolarização mínima para a população, a fim de sanar os altos índices de analfabetismo. Para Ferreiro, a preocupação com letramento é pertinente em realidades onde a alfabetização não se constitui como um problema, pois a população, de modo geral, já está alfabetizada, ou seja, em países ricos, conforme a autora os denomina.

RELAÇÕES ENTRE LETRAMENTO E ESCOLARIZAÇÃO

Um aspecto importante, apontado em grande parte das bibliografias sobre a temática do letramento, diz respeito à relação entre o letramento e a escolarização. Ao contrário do que se poderia pensar, essa relação não é óbvia ou direta, sendo que alguns autores vêm afirmando, inclusive, que existe uma “[...] ausência de relação direta entre escolarização e letramento (TFOUNI, 2010, p. 41)”, uma vez que pessoas com alto nível de escolarização nem sempre demonstram habilidade em “[...] colocar-se como *autor do próprio discurso* (TFOUNI, 2010, p.42, grifos da autora)”.

A tabela 1 nos apresenta importantes informações para pensarmos sobre a relação entre escolaridade e níveis de alfabetismo/letramento. Conforme os dados do INAF – Indicador Nacional de Alfabetismo⁵ Funcional – 2009, percebemos que quanto maior o nível de escolaridade, também maior é o nível de alfabetismo. O contrário também é evidenciado: quanto menor o nível de escolaridade, menor o nível de alfabetismo. Diante dessa informação, poderíamos afirmar que existe uma direta relação entre escolaridade e alfabetismo, porém,

⁵ Essa pesquisa utiliza a palavra *alfabetismo* no lugar da palavra *letramento*, porém, com o mesmo significado.

estariamos nos precipitando, uma vez que os dados também nos indicam outras informações relevantes.

Tabela 1: Níveis de alfabetismo segundo a escolaridade – INAF 2009

INAF/Brasil					
Nível de alfabetismo segundo escolaridade					
População de 15 à 64 anos (%)					
	Nenhuma	1 ^a à 4 ^a série	5 ^a à 8 ^a série	Ensino Médio	Ensino Superior
Analfabeto	66	9	0	0	0
Rudimentar	29	43	24	5	1
Básico	4	42	60	54	29
Pleno	1	6	17	41	71
Total de Analfabetos Funcionais	95	52	24	5	1
Total de Alfabetizados funcionalmente	5	48	76*	95	99*

*Diferenças decorrentes de arredondamento.

Fonte: INAF 2009⁶

Podemos verificar que após cursarem entre 1 e 4 anos, metade dos participantes da pesquisa se mantiveram analfabetos funcionalmente e a outra metade pode ser classificada como alfabetizados funcionalmente. No entanto, somente 6% da amostragem daqueles que cursaram entre 1 e 4 anos atingiu o nível pleno de alfabetismo, enquanto que 9% dessa amostragem permaneceu analfabeto, mesmo tendo frequentado a escola. Em relação àqueles que tiveram entre 5 e 8 anos de escolaridade, o nível de alfabetismo funcional aumenta, passando para 76%. Entre os que estudaram de 5 à 8 anos, não se identifica analfabetos, porém, o percentual de alfabetizados plenos chega a 17% somente.

Os dados que mais nos chamam atenção, no entanto, se referem aos extremos, ou seja, àqueles que nunca frequentaram a escola e àqueles com alto nível de escolaridade. Dentre as

⁶ Disponível em http://www.ipm.org.br/ipmb_pagina.php?mpg=4.02.02.00.00&ver=por

peessoas que não cursaram nenhuma série, aquelas que não frequentaram a escola, 5% são classificadas como alfabetizadas funcionalmente. Como isso seria possível se essas pessoas sequer ingressaram na escola? E como explicar o fato de que após terem cursado o Ensino Médio e/ou Ensino Superior 6% da amostragem da pesquisa pode ser considerada analfabetos funcionais? Como após mais de 11 anos de frequência escolar essas pessoas não adquiriram as habilidades de uso da escrita e leitura? Poderíamos continuar pensando que existe relação direta entre escolarização e alfabetismo/letramento?

Para refletirmos sobre essas questões, fazemos referência ao texto de Soares (2004), que compõe o livro “Letramento no Brasil⁷”, organizado por Vera Masagão Ribeiro. O referido livro foi escrito com o intuito de analisar os dados do primeiro INAF, realizado em 2001. No livro, diversos autores abordam assuntos relacionados com a temática do letramento, apoiando-se nos dados da pesquisa. Soares, no texto “Letramento e Escolarização”, que compõe o livro citado, realiza importantes reflexões sobre o tema, as quais abordaremos a seguir.

Ao analisar os dados da pesquisa⁸, a primeira colocação da autora em relação ao letramento e à escolarização é de que existe uma evidente correlação entre eles e que “a escolarização é fator decisivo na promoção do letramento (SOARES, 2004, p. 99)”. Soares chega a essa conclusão ao afirmar que conforme aumentam os anos de escolarização, aumenta, também, o nível de letramento em que os sujeitos são classificados.

A autora, no entanto, analisa alguns números que poderiam evidenciar a não relação entre letramento e escolarização. Nos dados no INAF 2001, foi utilizada uma escala de níveis de letramento diferente da escala utilizada nos outros anos da pesquisa, ou seja, diferente daquela que apresentamos na tabela 1. O INAF 2001 considerou três níveis de alfabetismo: o nível 1 representava a ultrapassagem do analfabetismo, o nível 2 representava um domínio mínimo das habilidades de uso da leitura e escrita e o nível 3 correspondia ao domínio pleno de competências letradas. Verificou-se que 42% daqueles que tinham entre 11 e 14 anos de

⁷ É curioso verificar que a base de dados na qual se baseiam os textos do livro – INAF – possui a palavra “alfabetismo” na sua denominação – Indicador Nacional de Alfabetismo Funcional – porém, os autores do livro, em sua maioria, optaram por utilizar o termo “letramento”, que, inclusive faz parte do título do livro – Letramento no Brasil. Assim, no contexto dessa pesquisa, os termos “alfabetismo” e “letramento” são utilizados como sinônimos.

⁸ Lembramos que a autora analisou os dados do INAF 2001.

escolaridade não atingiram o nível 3 de letramento e que 22% dos que possuíam curso superior completo foram classificados nos níveis 1 e 2 de letramento (SOARES, 2004, p. 99). Frente a esses dados, as relações entre letramento e escolarização poderiam ser questionadas.

Assim, embora os dados permitam concluir que a escolarização cumpre um papel fundamental na promoção de habilidades associadas ao letramento, indicam também que, em um número não desprezível de casos, é negada a relação entre escolarização e tais habilidades. Para explicar essa discrepância entre grau de instrução e nível de letramento, a atitude mais freqüente é a de responsabilizar a escola, explicação que deve ser posta sob suspeita (...) (SOARES, 2004, p. 99).

Dando continuidade, Soares (2004) apresenta duas hipóteses que não atribuem à escola a responsabilidade pela falta de relação entre escolarização e letramento. Na primeira, atenta para uma possível redução das habilidades dos usos da escrita e da leitura em função da falta de prática, ou seja, sugere que alguns sujeitos poderiam ter apresentado dificuldades nos testes em função do não exercício, no dia-a-dia, dessas habilidades, por falta de oportunidade ou por falta de interesse. Sua segunda hipótese é a de que, em alguns casos, existe um grande afastamento temporal entre o momento de formação escolar do sujeito e o momento do teste. Diante disso, o sujeito poderia já não estar mais familiarizado com uma situação de teste, bem como, as habilidades desenvolvidas pela escola no período em que obteve sua escolarização, poderiam diferir das habilidades avaliadas pelo teste.

A autora apresenta, também, uma terceira hipótese e essa indica uma relativa responsabilidade da escola na baixa classificação no teste por parte de sujeitos que tiveram vários anos de escolarização. Sua ideia é de que as práticas de letramento realizadas na escola diferem-se muito das práticas de letramento da vida real, ou, que a escola tentar recriar práticas de letramento, porém, essas não se aproximam das práticas sociais de letramento. Soares (2004, p. 106) afirma:

[...] na vida cotidiana, eventos e práticas de letramento surgem em circunstâncias da vida social ou profissional, respondem a necessidades ou interesses pessoais ou grupais, são vividos e interpretados de forma natural, até mesmo espontânea; na escola, eventos e práticas de letramento são planejados e instituídos, selecionados por critérios pedagógicos, com objetivos predeterminados, visando à aprendizagem e quase sempre conduzindo a atividades de avaliação.

Diante disso, a autora afirma que existe o letramento escolar e o letramento social. Para ela, letramento escolar se refere às habilidades de leitura e de escrita desenvolvidas na e para a escola. Já o letramento social se refere às habilidades demandadas pelas práticas sociais

(SOARES, 2004, p. 100). Assim, nem sempre a escola conseguiria desenvolver as habilidades demandadas pela sociedade, uma vez que as práticas escolarizadas de letramento, ou seja, aquelas que a escola incorpora em seu currículo, não são idênticas às vivenciadas no meio social. Sendo assim, não seria espantosa a falta de correspondência entre escolarização e letramento, já que as habilidades desenvolvidas pela escola se distinguem das que são exigidas no contexto social.

Considerando que as práticas de letramento escolar se diferem das práticas de letramento sociais, Soares questiona como poderia ser explicada a existência de uma forte relação entre letramento e escolaridade, como a autora pode observar nos dados no INAF 2001. Para esse questionamento, Soares sugere a seguinte hipótese:

A hipótese aqui é, então, que letramento escolar e letramento social, embora *situados* em diferentes espaços e em diferentes tempos, são parte dos mesmos processos sociais mais amplos, o que explicaria por que experiências sociais e culturais de uso da leitura e da escrita proporcionadas pelo processo de escolarização acabam por habilitar os indivíduos à participação em experiências sociais e culturais de uso da leitura e da escrita no contexto social extra-escolar (SOARES, 2004, p. 111, grifo da autora).

Assim sendo, Soares acredita que, mesmo se tratando de práticas e eventos de letramento com características distintas, o letramento escolar e o letramento social fazem parte de um mesmo processo. Em decorrência disso, pensa que o sujeito que vivencia práticas de letramento escolar, via de regra, acaba por habilitar-se para a vivência de práticas que exijam o letramento fora do contexto escolar. Assim, interpretando os dados da pesquisa referida – INAF 2001 –, Soares (2004, p. 111) conclui que “os dados mostram que, de maneira significativa, embora não absoluta, quanto mais longo o processo de escolarização, quanto mais os indivíduos participam de eventos e práticas escolares de letramento, mais bem-sucedidos são nos eventos e práticas sociais que envolvem a leitura e a escrita”. Diante dessa análise, percebemos que a autora considera a existência de importante relação entre letramento e escolarização.

Ainda sobre possíveis relações entre letramento e escolarização, Tfouni (2010) reflete sobre questões de autoria do discurso e, defende a ideia de que o nível de escolarização não está diretamente relacionado ao nível de letramento dos sujeitos. A autora realiza essa afirmação, utilizando exemplos práticos. Esses exemplos se referem a textos de dois sujeitos identificados como “altamente escolarizados”. Os textos a que Tfouni (2010) se refere foram

realizados em contexto de estudo e trabalho, para fins específicos: um deles para a realização de um convite e o outro para apresentar um reajuste salarial. A autora expõe que ambos os sujeitos apresentam dificuldades em chegar ao objetivo de seus textos, sendo que o primeiro deles, na busca por formalidade, utiliza um vocabulário rebuscado que gera um “eruditismo desgastado”. Já o sujeito do segundo texto parece não conseguir planejar sua escrita e, nem mesmo, voltar ao texto, após seu término, para realizar possíveis correções.

Para contrapor os exemplos anteriores, que tratam de sujeitos altamente escolarizados, mas que apresentam dificuldades em formular seus discursos, e com o objetivo de sustentar o argumento de que a escolarização não está diretamente ligada ao letramento, Tfouni (2010) apresenta uma poesia elaborada por um ex-detento, que foi alfabetizado enquanto estava na cadeia. A poesia que esse sujeito elaborou foi baseada em uma crônica que, possivelmente, ouviu quando ainda não dominava a escrita e a leitura. Seu texto apresenta coesão e o uso de artifícios típicos de um discurso marcado pela autoria. Assim, a autora explica: “[...] isso demonstra que o sujeito era MUITO letrado antes de aprender a ler e a escrever, porque conhecia textos literários sem nunca tê-los lido. Ou seja, apesar do seu baixo grau de escolaridade, e de seu analfabetismo, ele tinha um conhecimento letrado sofisticado (TFOUNI, 2010, p. 45, grifo da autora)”. Diante disso, afirma não haver necessária relação entre letramento e escolarização, e entre letramento e alfabetização.

Mortatti (2004) afirma que a alfabetização e a escolarização não garantem o letramento, porém, identifica esses fatores como necessários para que os sujeitos possam se tornar letrados. Para ela, “[...] a alfabetização e a escolarização, bem como a disponibilidade de uma diversidade de material escrito e impresso, em nosso contexto atual, são condições necessárias, mas não suficientes, para o letramento [...] (2004, p. 108)”. Ao utilizar a expressão “condições necessárias, mas não suficientes”, a autora expressa que a alfabetização e a escolarização não pressupõem, necessariamente, o letramento. O contrário, no entanto, parece ser assumido como verdadeiro, ou seja, o letramento implica a alfabetização e a escolarização. Desta forma, a escola não produziria, obrigatoriamente, sujeitos letrados, mas os sujeitos letrados vivenciariam, via de regra, situações escolares, como a alfabetização.

Ainda se tratando de relações entre alfabetização e escolarização, Mortatti (2004, p. 107) afirma que “[...] somente o fato de ser alfabetizada, não garante que a pessoa seja letrada”. Sua ideia, que desassocia a aquisição da leitura e da escrita com o letramento, vai ao

encontro de outros autores que estamos analisando, tais como Soares (2009, p. 24), Kleiman (2008, p.18) e Tfouni (2010, p. 42). Para essas pesquisadoras, nem sempre a pessoa alfabetizada pode ser considerada letrada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nestas considerações finais, gostaríamos de retomar os principais aspectos apresentados no texto e, por fim, tentaremos expressar um conceito único de letramento que considere os autores aqui explorados e suas principais ideias em relação à temática.

Com relação à origem, o termo letramento surgiu no Brasil na década de 80 e se originou do inglês *literacy*. Surgiu a partir da necessidade de denominar o estado ou condição daqueles que não mais pertenciam ao grupo dos analfabetos e que utilizavam a escrita e a leitura em seus contextos. Na literatura educacional percebemos que o termo letramento possui maior aderência do que o termo alfabetismo, porém, este último ainda é encontrado na bibliografia da área. Os dois termos costumam ser utilizados com o mesmo sentido.

Sobre a pertinência do uso do termo letramento, existem dois posicionamentos teóricos. O posicionamento de Ferreiro (2002 e 2006) discute a validade de sociedades pobres – conforme as denominou – se preocuparem com o letramento, uma vez que ainda não deram conta do processo de alfabetização. Além disso, a autora costuma utilizar somente o termo alfabetização, pois o significado de letramento está contido em seu conceito de alfabetização, uma vez que este último é bastante amplo.

O outro posicionamento, assumido por autoras como Mortatti (2004), Tfouni (2010), Kleiman (2008) e Soares (2004 e 2009), considera a necessidade de promover o letramento em contextos como o brasileiro. Reconhece alfabetização e letramento como dois processos distintos, considerando a alfabetização como um processo individual de aquisição da leitura e escrita e o letramento como um processo mais amplo, relacionado aos usos da leitura e da escrita por um indivíduo ou um grupo de indivíduos.

Sobre as possíveis relações entre escolarização e letramento, percebemos diferentes posições. Soares (2004) considera que, via de regra, quanto mais longa for a escolarização, mais bem sucedidos serão os sujeitos em eventos que envolvam os usos da leitura e da escrita,

uma vez que o letramento escolar e o letramento social fazem parte de um mesmo processo. Tfouni (2010) acredita que a escolarização não garante sujeitos que assumam a autoria em seus discursos. Já Mortatti (2004) considera a escolarização como um fator necessário para a formação de sujeitos letrados.

Para finalizar, letramento é um conceito amplo e complexo, de difícil definição. Mesmo assim, nos aventuramos a apresentar um conceito único de letramento a partir dos autores que utilizamos. Não tivemos a pretensão de esgotar a temática, mas sim, de realizar uma síntese de aspectos teóricos importantes a todos aqueles que se interessam pelo tema e, especialmente aos professores da educação básica.

Poderíamos dizer, considerando os autores explorados neste texto, que letramento é o produto da aprendizagem dos usos da escrita e da leitura e não está necessariamente atrelado à alfabetização. A escola é uma agência de letramento que promove o letramento escolar, que se diferencia do letramento social. Para alguém tornar-se letrado é necessário que viva em um contexto rico em situações que exijam e estimulem a leitura e a escrita.

REFERÊNCIAS

FERREIRO, Emília. **Passado e presente dos verbos ler e escrever**. São Paulo: Cortez, 2002. 92 p.

_____. **O momento atual é interessante porque põe a escola em crise**. Entrevista concedida à Revista Nova Escola. São Paulo: Abril, Out. 2006. Disponível em <<http://revistaescola.abril.com.br/lingua-portuguesa/alfabetizacao-inicial/momento-atual-423395.shtml>>. Acesso em: 30 out. 2011.

_____. **TEBEROSKY, Ana. Psicogênese da língua escrita**. Porto Alegre: Artmed, 1999. 300 p.

INSTITUTO PAULO MONTENEGRO. **Indicador Nacional de Alfabetismo Funcional**. Disponível em: <http://www.ipm.org.br/ipmb_pagina.php?mpg=4.02.00.00.00&ver=por>. Acesso em: 23 out. 2011.

KATO, Mary A. **No mundo da escrita: Uma perspectiva psicolinguística**. 7 ed. São Paulo: Ática, 2009. 144 p.

KLEIMAN, Angela B. Modelos de letramento e as práticas de alfabetização na escola. In: KLEIMAN, Angela B. (Org.). **Os significados do letramento: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita**. Campinas: Mercado das Letras, 2008. 294 p.

MORTATTI, Maria do Rosário Longo. **Educação e Letramento**. São Paulo: UNESP, 2004. 136 p.

SOARES, Magda. Letramento e Escolarização. In: RIBEIRO, Vera Masagão (Org.). **Letramento no Brasil**. São Paulo: Global, 2004. 287 p.

_____. **Letramento**: um tema em três gêneros. 3 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2009. 124 p.

_____. **Alfabetização e letramento**. 6 ed. São Paulo: Contexto, 2011. 123 p.

TFOUNI, Leda Verdiani. **Letramento e Alfabetização**. 9 ed. São Paulo: Cortez, 2010. 103 p.